

EMS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Bahru Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas
EMS S.A.
Hortolândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMS S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compra da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

EMS S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12	128.685	18.068	252.346	103.548
Contas a receber de clientes	14	382.804	455.895	519.863	625.144
Contas a receber de partes relacionadas	31.e	118.528	102.780	150.511	121.048
Estoques	15	337.832	381.596	386.934	441.589
Tributos a recuperar	16	135.940	78.680	216.672	143.935
Dividendos a receber	31.f	239.770	29.968	-	-
Outros recebíveis	17	281.072	69.008	261.287	46.184
Total do ativo circulante		1.624.632	1.135.995	1.787.612	1.481.448
Não circulante					
Depósitos judiciais	22.a	33.258	37.409	35.894	40.669
Tributos a recuperar	16	6.703	6.703	6.703	6.703
Outros recebíveis	17	4.996	4.996	4.996	4.996
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	13	3.635	3.372	3.635	3.372
Empréstimos a receber de partes relacionadas	31.g	227.961	269.961	227.961	269.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	104.376	85.158	129.172	98.243
Investimentos em controladas	18	173.010	359.144	-	-
Outros investimentos		4.757	2.874	57.967	30.827
Imobilizado	19	635.907	413.684	638.397	416.156
Intangível		11.762	14.616	11.871	14.705
Total do ativo não circulante		1.206.365	1.197.917	1.116.596	885.632
Total do ativo		2.830.996	2.333.912	2.904.208	2.367.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Fornecedores	20	238.470	132.756	248.951	139.920
Fornecedores a pagar partes relacionadas	31.e	901.370	748.064	902.738	736.680
Empréstimos e financiamentos	21	53.123	61.943	53.123	61.943
Salários e encargos a pagar		92.461	57.620	99.249	62.511
Tributos a recolher		29.918	4.970	29.839	3.555
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.c	-	19.572	18.553	26.649
Impostos parcelados	24	8.044	7.927	8.221	8.098
Dividendos a pagar	25.d	90.170	91.723	95.299	94.289
Outras contas a pagar		130.119	110.100	141.867	120.758
Total do passivo circulante		1.543.675	1.234.675	1.597.842	1.254.403
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	264.499	83.975	264.606	84.113
Impostos parcelados	24	18.373	21.107	19.232	22.103
Provisão para perdas com processos judiciais	22.a	125.734	114.975	144.490	124.418
Receita diferida - subvenção governamental		19.032	19.032	19.032	19.032
Outras contas a pagar		6.933	-	6.933	-
Total do passivo não circulante		434.570	239.089	454.293	249.666
Total do passivo		1.978.245	1.473.764	2.052.135	1.504.069
Patrimônio líquido					
Capital social	25	221.708	221.708	221.708	221.708
Reservas de capital		164.019	164.019	164.019	164.019
Reserva de incentivos fiscais		125.206	125.206	125.206	125.206
Reservas legal		44.342	44.341	44.342	44.341
Reservas de lucros		295.433	306.637	295.433	306.637
Ajuste de avaliação patrimonial		2.043	(1.763)	2.043	(1.763)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		852.751	860.148	852.751	860.148
Participação de não controladores		-	-	(677)	2.863
Total do patrimônio líquido		852.751	860.148	852.074	863.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.830.996	2.333.912	2.904.208	2.367.080

EMS S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017 Reapresentado vide nota 6	2018	2017 Reapresentado vide nota 6
Receita de vendas	26	3.341.307	3.242.649	3.625.166	3.450.706
Custo dos produtos vendidos	27	<u>(1.955.218)</u>	<u>(1.782.656)</u>	<u>(2.005.697)</u>	<u>(1.809.648)</u>
Lucro bruto		<u>1.386.089</u>	<u>1.459.993</u>	<u>1.619.469</u>	<u>1.641.058</u>
Despesas com vendas	27	(238.177)	(260.897)	(273.618)	(290.613)
Despesas administrativas	27	(817.467)	(792.624)	(916.054)	(869.178)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	19.298	(14.586)	145	(4.958)
Outras despesas (receitas), líquidas	28	(102.882)	(14.920)	(109.302)	(19.350)
Resultado de equivalência patrimonial	18	64.068	55.175	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - outros investimentos		<u>1.964</u>	<u>-</u>	<u>23.388</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>312.893</u>	<u>432.141</u>	<u>344.027</u>	<u>456.959</u>
Receitas financeiras	29	58.409	30.550	63.929	40.004
Despesas financeiras	29	<u>(92.598)</u>	<u>(40.039)</u>	<u>(96.127)</u>	<u>(42.461)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(34.189)</u>	<u>(9.489)</u>	<u>(32.198)</u>	<u>(2.457)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>278.704</u>	<u>422.652</u>	<u>311.829</u>	<u>454.502</u>
Imposto de renda e contribuição social	23.b	<u>9.284</u>	<u>(116.382)</u>	<u>(23.632)</u>	<u>(147.703)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>287.988</u>	<u>306.270</u>	<u>288.197</u>	<u>306.799</u>
Lucro atribuível à acionistas controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>287.988</u>	<u>306.270</u>
Lucro atribuível à acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>209</u>	<u>529</u>
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>288.197</u>	<u>306.799</u>
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	30	<u>14,40</u>	<u>15,31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	287.988	306.270	288.199	306.799
Outros resultados abrangentes				
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	<u>3.806</u>	<u>(1.763)</u>	<u>3.806</u>	<u>(1.763)</u>
Resultado abrangente total	<u>291.794</u>	<u>304.507</u>	<u>292.004</u>	<u>305.036</u>
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores			291.794	304.507
Acionistas não controladores			<u>210</u>	<u>529</u>
Resultado abrangente total			<u>292.004</u>	<u>305.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros									
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	<u>221.708</u>	<u>164.019</u>	<u>-</u>	<u>125.206</u>	<u>44.341</u>	<u>304.746</u>	<u>-</u>	<u>860.020</u>	<u>2.492</u>	<u>862.512</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	306.270	306.270	529	306.799
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(1.763)	-	-	-	-	(1.763)	-	(1.763)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembléia	25.d	-	-	-	-	(227.811)	-	(227.811)	-	(227.811)
Dividendos propostos	25.d	-	-	-	-	-	(76.568)	(76.568)	-	(76.568)
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	229.702	(229.702)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>221.708</u>	<u>164.019</u>	<u>(1.763)</u>	<u>125.206</u>	<u>44.341</u>	<u>306.637</u>	<u>-</u>	<u>860.148</u>	<u>2.863</u>	<u>863.011</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	287.988	287.988	210	288.198
Ajuste acumulado de conversão	18	-	3.806	-	-	-	-	3.806	-	3.806
Destinação do lucro líquido do exercício										
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembléia	25.d	-	-	-	-	(227.195)	-	(227.195)	-	(227.195)
Dividendos propostos	25.d	-	-	-	-	-	(71.997)	(71.997)	-	(71.997)
Outras transações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.749)	(3.749)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	215.991	(215.991)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>221.708</u>	<u>164.019</u>	<u>2.043</u>	<u>125.206</u>	<u>44.341</u>	<u>295.433</u>	<u>-</u>	<u>852.750</u>	<u>(676)</u>	<u>852.074</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		278.704	422.652	311.830	454.502
Ajustes de					
Depreciação	19	49.209	20.328	51.978	22.701
Amortização		2.020	4.703	2.440	4.726
Perda na alienação de imobilizado	19	27.517	14.801	26.687	18.857
(Reversão) provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	14	19.298	14.586	19.640	4.958
(Reversão) provisão para obsolescência dos estoques	15	(11.859)	10.937	(12.041)	12.690
Provisão para processos judiciais	22	(703)	16.067	8.087	18.553
Provisão de juros		10.626	11.902	13.231	11.902
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial		(64.068)	(55.175)	-	-
Resultado de não controladas reconhecido por equivalência patrimonial		(1.964)	-	(23.388)	-
Impairment - Redução ao valor recuperável		-	-	874	790
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras		24.136	9.253	23.792	9.623
Baixa de sinistro - incêndio		290.754	-	290.754	-
Direito de ressarcimento de sinistro - incêndio		(199.640)	-	(199.640)	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	14	53.845	(74.468)	85.661	(78.562)
Contas a receber de partes relacionadas	30.d	(15.748)	(59.864)	(29.463)	(88.004)
Estoques	15	(234.940)	83.765	(223.849)	102.836
Tributos a recuperar	16	(52.571)	(56.950)	(68.578)	(84.638)
Demais contas a receber		(12.423)	(21.433)	(15.463)	(27.723)
Depósitos judiciais	22	4.151	(16.886)	4.775	(17.323)
Fornecedores e outras obrigações		167.508	(48.232)	170.392	(45.731)
Tributos a recolher		24.948	(238)	26.284	1.177
Fornecedores a pagar partes relacionadas		153.306	408.481	166.058	425.880
Impostos parcelados		(2.617)	(2.032)	(2.747)	(2.127)
Caixa gerado nas operações		509.489	682.197	627.314	745.087
Juros pagos		(22.626)	(11.460)	(22.627)	(11.460)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.195)	(111.621)	(66.816)	(152.568)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		452.668	559.116	537.871	581.059
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	19	(297.730)	(39.437)	(300.561)	(47.739)
Aumento da participação em controlada	18	(12.224)	(33.702)	-	-
Redução da participação em não controlada		1.964	-	-	-
Aquisição de ativo intangível		(385)	(6.775)	(826)	(7.651)
Mútuo entre partes relacionadas		44.605	(151.872)	42.000	(151.872)
Dividendos recebidos de controladas		56.508	-	-	-
Outros investimentos		(1.961)	(2.380)	3.172	(29.864)
Caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de investimento		(209.223)	(234.166)	(256.215)	(237.126)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		(263)	(291)	(263)	(291)
Obtenção de empréstimos		230.477	23.599	230.477	23.739
Pagamento de principal de empréstimos		(62.297)	(39.051)	(62.327)	(39.051)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(300.745)	(303.368)	(300.745)	(303.368)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(132.828)	(319.111)	(132.858)	(318.971)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		110.617	5.839	148.798	24.962
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.068	12.229	103.548	78.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		128.685	18.068	252.346	103.548

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas.

A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos.

A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo") utilizando-se dos seus recursos administrativos, operacionais, financeiros, e tecnológicos. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Em 20 de outubro de 2018, um incêndio de grandes proporções atingiu a área de expedição e de almoxarifado da sede da Companhia, em Hortolândia, Estado de São Paulo. Não houve vítimas em função desse incêndio, apenas danos materiais, ocasionando pelas perdas de estoques, ativos imobilizados e créditos tributários.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas as perdas inerentes ao incêndio no montante de R\$ 290.754, bem como, o montante inicial estimado dos prejuízos indenizáveis conforme condições e cláusulas contratuais de apólice de seguro, composto exclusivamente pelo direito de ressarcimento dos custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo referido incêndio no montante de R\$ 200.395.

Os efeitos contábeis desse sinistro com incêndio foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais conforme demonstrado na nota explicativa 28.

2 Relação de controladas

A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes entidades:

Controlada	Tipo de sociedade	País	Participação societária	
			2018	2017
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,31%	99,31%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%

Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Lda	Estados Unidos	100%	100%
------------------------------	-----	----------------	------	------

A seguir apresentamos a estrutura societária da Companhia:

CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o “Remédio Popular”, vinculada a Secretária do Estado de São Paulo, por meio de concessão. O objetivo é desenvolver o conhecimento do Governo quanto a tecnologia e patentes bem como atuar no fornecimento exclusivo de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º. de agosto de 2015.

EMS Sigma Pharma Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.

Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.

Luxbiotech Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocósméticos de última geração em âmbito nacional.

Monteresearch SRL - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.

Rio Bio Pharmaceuticals, LLC - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.

3 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 30 de abril de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 6.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 8.b – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 - mensuração da provisão por perda ao valor recuperável do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 15 - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos;

Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração das provisões para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

Nota explicativa 23.a - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Nota explicativa 16 e 24 - Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 Mudanças nas políticas contábeis

O grupo aplicou inicialmente o CPC 47 usando o método retrospectivo, conforme CPC 23 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. Um série de outras normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Reclassificação dos acordos comerciais, da rubrica de despesas com vendas para a rubrica de deduções de vendas na demonstração de resultado do exercício.
- Reclassificação do valor recuperável do contas a receber apresentado separadamente na Demonstração do Resultado.

(a) CPC 47 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, portanto, determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O principal impacto da aplicação retrospectiva dessa nova norma contábil está apresentado no quadro a seguir:

Natureza	Mudança na política contábil e impactos para a Companhia
Acordos comerciais	A Companhia tem como prática firmar acordos comerciais com seus clientes com o objetivo de alavancar suas vendas. Pela nova norma contábil, como esses acordos referem-se a uma contraprestação a pagar ao cliente estão sendo apresentados como dedução de vendas ao invés de despesas com vendas.

A tabela a seguir resume o impacto da adoção do CPC 47 na demonstração do resultado para o encerramento em 31 de dezembro de 2018, e a representação não material dos saldos correspondentes da demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2017. As demais peças contábeis não foram afetadas por conta da adoção dessa nova norma contábil.

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Antes da adoção do CPC 47	Reclassificação	Após da adoção CPC 47 Apresentado	Antes da adoção do CPC 47	Reclassificação	Após da adoção CPC 47 Apresentado
	Receita operacional líquida	3.400.210	(58.903)	3.341.307	3.410.699	(69.392)
Custo do produto vendido	(1.955.218)	-	(1.955.218)	(2.005.697)	-	(2.005.697)
Lucro bruto	1.444.992	(58.903)	1.386.089	1.688.861	(69.392)	1.619.469
Despesas de vendas	(297.080)	58.903	(238.177)	(343.010)	69.392	(273.618)
Outros	(859.924)	-	(859.924)	(1.057.652)	-	(1.057.652)
Resultado do exercício	287.988	-	287.988	288.199	-	288.199
Lucro atribuível à acionistas controladores	-	-	-	287.988	-	287.988
Lucro atribuível à não controladores	-	-	-	210	-	210
Resultado do exercício	287.988	-	287.988	288.199	-	288.199

31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Antes da adoção do CPC 47	Reclassificação	Após da adoção CPC 47 Apresentado	Antes da adoção do CPC 47	Reclassificação	Após da adoção CPC 47 Apresentado
	Receita operacional líquida	3.290.563	(47.913)	3.242.649	3.508.967	(58.261)
Custo do produto vendido	(1.782.656)	-	(1.782.656)	(1.809.648)	-	(1.809.648)
Lucro bruto	1.507.907	(47.913)	1.459.993	1.699.319	(58.261)	1.641.058
Despesas de vendas	(308.810)	47.913	(260.897)	(348.874)	58.261	(290.613)
Outros	(892.827)	-	(892.826)	(1.043.646)	-	(1.043.646)
Resultado do exercício	306.270	-	306.270	306.799	-	306.799
Lucro atribuível à acionistas controladores	-	-	-	306.270	-	306.270
Lucro atribuível à não controladores	-	-	-	529	-	529
Resultado do exercício	306.270	-	306.270	306.799	-	306.799

O CPC 47 não teve impacto significativo nas políticas contábeis de reconhecimento da receita. Informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita estão apresentadas na nota explicativa nº 8.d.

(b) CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exige que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de R\$ 14.586 e R\$ 4.958, reconhecidas pelo CPC 38, como “outras despesas” para “perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração dos resultados, individuais e consolidadas, respectivamente, para 31 de dezembro de 2017, também consideradas não material.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros relacionadas com o CPC 48 estão apresentados na nota explicativa nº 6. **Error! Reference source not found.**

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração original no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º. de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos em 1º. de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	Classificação original de acordo com o CPC 38 (Controladora e Consolidado)	Nova classificação de acordo com o CPC 48 (Controladora e Consolidado)	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
			Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
<i>(em milhares de Reais)</i>						
<i>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo:</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	128.685	128.685	252.346	252.346
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	382.804	382.804	519.863	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	118.528	118.528	150.511	150.511
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	239.770	239.770	-	-
Empréstimos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	227.961	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.635	3.635	3.635	3.635
Outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	286.068	286.068	266.283	266.283
Total dos ativos financeiros			1.387.451	1.387.451	1.420.599	1.420.599
<i>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:</i>						
Fornecedores no país	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	238.470	238.470	248.951	248.951
Fornecedores a pagar – partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	901.370	901.370	902.738	902.738
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	317.621	317.621	317.729	317.729
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	90.170	90.170	95.299	95.299
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	137.053	137.053	148.800	148.800
Total dos passivos financeiros			1.684.684	1.684.684	1.713.517	1.713.517

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A Companhia e suas investidas realizaram uma avaliação de seus recebíveis ao longo do tempo, observando a eficiência de seus recebimentos, pela evolução das faixas de vencimento de um *aging list* e a deteriorização significativa da qualidade de um crédito em função de um ou mais eventos que impactam os fluxos de caixa estimados de um ativo financeiro. A partir dessa nessa avaliação, foi determinada a base histórica de perdas de créditos esperados que foi aplicada sobre o saldo do contas a receber de clientes a vencer de 31 de dezembro de 2018.

Em 1º de janeiro de 2018, o aumento nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 não foram significativos, portanto, o Grupo decidiu aplicar essa norma prospectivamente para 31 de dezembro de 2018.

Contabilidade de hedge

O CPC 48, não gerou impacto na contabilização de *hedge*, pois o Grupo não possui transações dessa natureza.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma e exceto para as políticas contábeis relacionadas ao CPC 48 que não foi aplicado em 2017.

a. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

b. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

- (iv) ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial***
Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

- (v) ***Transações eliminadas na consolidação***
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

c. Moeda estrangeira

- (i) ***Transações e saldos em moeda estrangeira***
Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

- (ii) ***Operações no exterior***
Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

d. Receita de contrato com clientes

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018 e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 – Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços e determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento relacionadas:

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativa	Reconhecimento de receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, porém adotado retrospectivamente ao exercício de 2017, conforme permitido pela norma)
Farmacêuticos e relacionados	<p>Os clientes obtêm o controle dos produtos farmacêuticos quando são entregues e aceitos nas dependências do cliente. Acordos comerciais firmados com os clientes para avalancar suas vendas são aplicados diretamente na nota fiscal de venda dos produtos e reconhecidos como dedução das vendas.</p> <p>As faturas são emitidas naquele momento e devem ser pagas, normalmente, no prazo médio de 90 dias.</p> <p>Devoluções de produtos são trocadas por somente por novos produtos ou créditos, portanto, não há devolução em dinheiro.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.</p> <p>A Companhia reconhece essa receita líquida dos acordos comerciais que na avaliação da Administração estão enquadrados no item 70 do CPC 47, pois refere-se a uma contraprestação a pagar ao cliente.</p> <p>A receita reconhecida é líquida dos impostos, das devoluções efetivas e outros abatimentos.</p>

Os efeitos da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na nota explicativa nº 6(a).

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

f. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 21). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido.

Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado refere-se a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

i. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados na nota 8.n.

j. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave	15
Benfeitorias	30
Edificações	60
Máquinas	entre 3-25
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	entre 5-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

k. Ativos intangíveis

(i) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

l. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos com os quais a Companhia opera possuem as seguintes características:

a. Prática contábil vigente antes de 1º de janeiro de 2018

(i) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo foram classificados sob a seguinte categoria:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses

após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Em dezembro de 2017, os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, dividendos a receber e outros recebíveis.

Os passivos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados sob as seguintes categorias:

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2017, no caso do Grupo, compreendem saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

(ii) *Mensuração*

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado. A metodologia utilizada para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida é alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b. Prática contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2018

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

(i) *Ativos financeiros*

Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso

todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros na categoria mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(ii) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, no caso do Grupo, compreendem saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Baixa (desreconhecimento) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Empresa transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

m. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos com problema de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;
- reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação e baixa da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu

uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões:

Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 14)

A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa nº 6(b) – *Impairment* de ativo financeiro.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados.

Provisão para perda dos estoques (Nota 0)

A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento.

Provisão para perdas com processos judiciais (nota 0)

O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem da Companhia pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual a Companhia atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 11 - Gestão de riscos financeiros.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Espera-se que as seguintes normas tenham impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estima que tais mudanças não deverá ter um impacto significativo para o Grupo.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Como a Companhia não atua como arrendadora não se espera impacto decorrente da adoção dessa norma sob a ótica de arrendadora.

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo a adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como ajuste no saldo de abertura nos lucros acumulados de 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima um efeito cumulativo da adoção inicial, nos ativos de direito de uso no valor de R\$ 41.101 e nos passivos de arrendamento de R\$ 52.411.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguro.

10 Reclassificação não significativa de anos anteriores

O Grupo adotou retrospectivamente o CPC 47 e assim efetuou a reclassificação de acordos comerciais anteriormente classificados nas Demonstrações de Resultado, individuais e consolidadas, como Despesas com vendas para Deduções de vendas.

O impacto dessa reclassificação nas Demonstrações de Resultado, individuais e consolidadas, está apresentada na nota explicativa nº 6 (a).

11 Gestão de riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

a. Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as

empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras.

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	Controladora			
	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	693	2.685	640	2.233
Fornecedores estrangeiro (nota 20)	32.807	122.618	(17.508)	(61.498)
Exposição líquida	33.500	125.303	(16.868)	(59.265)
	Consolidado			
	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	693	2.685	640	2.233
Fornecedores estrangeiro (nota 20)	33.067	123.625	(17.609)	(62.049)
Exposição líquida	33.760	126.310	(16.969)	(59.816)

(ii) Análise de sensibilidade risco cambial

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Controladora									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				31/12/18	Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	693	2.692	3,87	(7)	4,84	665	7,27	2.343
Alta do Dólar	Fornecedores	29.837	115.643	3,87	(29)	4,84	28.874	7,27	101.132
Alta do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	5,55	1.731	8,32	6.060
Alta do Iene	Fornecedores	49	50	0,04	(48)	0,04	(48)	0,07	(46)
		<u>32.139</u>	<u>125.310</u>		<u>(84)</u>		<u>31.222</u>		<u>109.489</u>
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
				31/12/18	Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	693	2.692	3,87	(7)	2,91	(678)	1,45	(1.685)
Queda do Dólar	Fornecedores	29.837	115.643	3,87	(29)	2,91	(28.933)	1,45	(72.288)
Queda do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	3,33	(1.731)	1,66	(4.328)
Queda do Iene	Fornecedores	49	50	0,04	(48)	0,03	(48)	0,01	(49)
		<u>32.139</u>	<u>125.310</u>		<u>(84)</u>		<u>(31.391)</u>		<u>(78.350)</u>
Consolidado									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				31/12/18	Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	693	2.692	3,87	(7)	4,84	665	7,27	2.343
Alta do Dólar	Fornecedores	29.874	116.621	3,87	(867)	4,84	28.072	7,27	100.418
Alta do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	5,55	1.731	8,32	6.060
Alta do Iene	Fornecedores	1.410	50	0,04	-	0,04	12		44
		<u>33.537</u>	<u>126.288</u>		<u>(873)</u>		<u>30.480</u>		<u>108.864</u>
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
				31/12/18	Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Fornecedores	693	2.692	3,87	(7)	2,91	(678)	1,45	(1.685)
Queda do Dólar	Fornecedores	29.874	116.621	3,87	(867)	2,91	(29.805)	1,45	(73.213)
Queda do Euro	Fornecedores	1.560	6.925	4,44	-	3,33	(1.731)	1,66	(4.328)
Queda do Iene	Fornecedores	1.410	50	0,04	-	0,03	(12)	0,01	(31)
		<u>33.537</u>	<u>126.288</u>		<u>(873)</u>		<u>(32.227)</u>		<u>(79.257)</u>

Controladora										
Risco	Tipo	Exposição (USD)	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	640	2.073	3,31	44	4,14	573	4,96	1.103	
Cambial	Fornecedores	(17.508)	(57.992)	3,31	41	4,14	(14.491)	4,96	(28.848)	
		<u>(16.868)</u>	<u>(55.919)</u>		<u>85</u>		<u>(13.919)</u>		<u>(27.744)</u>	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	640	2.073	3,31	44	2,48	(485)	1,65	(1.014)	
Cambial	Fornecedores	(17.508)	(57.992)	3,31	41	2,48	14.572	1,65	29.104	
		<u>(16.868)</u>	<u>(55.919)</u>		<u>85</u>		<u>14.086</u>		<u>28.090</u>	
Consolidado										
Risco	Tipo	Exposição (USD)	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	640	2.073	3,31	44	4,14	573	4,96	1.103	
Cambial	Fornecedores	(17.609)	(58.088)	3,31	(198)	4,14	(14.813)	4,96	(29.253)	
		<u>(16.969)</u>	<u>(56.015)</u>		<u>(153)</u>		<u>(14.241)</u>		<u>(28.149)</u>	
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cambial	Clientes	640	2.073	3,31	44	2,48	(485)	1,65	(1.014)	
Cambial	Fornecedores	(17.609)	(58.088)	3,31	(198)	2,48	14.418	1,65	29.033	
		<u>(16.969)</u>	<u>(56.015)</u>		<u>(153)</u>		<u>13.933</u>		<u>28.019</u>	

c. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa (nota 12)	128.685	18.068	252.346	103.548
Contas a receber de clientes (nota 14)	382.804	455.895	519.863	625.144
Outros recebíveis (nota 17)	286.068	74.004	266.283	51.180
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 13)	3.635	3.372	3.635	3.372
Mútuo entra partes relacionadas (nota 31 .g)	227.961	269.961	227.961	269.961
	<u>1.029.153</u>	<u>821.300</u>	<u>1.270.088</u>	<u>1.053.205</u>

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável em 1º de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 8.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa e derivativos

A Empresa detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 128.685 e R\$ 252.346 em 31 de dezembro de 2018 (R\$18.068 e 103.548 em 2017). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia havia emitido garantias para certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas à empresas do Grupo, como segue:

- Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R\$ 130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Companhia, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais.
- Em 27 de dezembro de 2017 a Coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A finalizou a captação de R\$ 125.000, através da emissão de notas promissórias nos moldes da ICVM nº 476. As notas promissórias foram distribuídas com esforços restritos garantidas por fiança emitidas pela Companhia, sem rating necessário e com vencimento do principal e juros em 180 dias a contar da data de emissão.
- A coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A obteve financiamento imobiliário utilizada para a construção de imóveis residenciais (plano empresário) com taxas de juros atualizados pela TR mais 10,5% a 15% ao ano e que estão garantidos por alienação fiduciária e fiança da Companhia e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$ 0 (R\$ 99.540 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Companhia figura como fiadora de obrigações assumidas por outras empresas, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 240.969 e prazo de pagamento em 05 de dezembro de 2019.
- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 80.835 prazo de vencimento 27 de fevereiro de 2019.
- Unidade de Diagnóstico Médico em Radiologia Intervenção e Terapia Ltda. na pactação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 18.143 e prazo de pagamento em 08 de fevereiro de 2021.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 21) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Controladora					
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(375.522)	(368.590)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(901.370)	(901.370)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(338.940)	(53.123)	(136.894)	(141.800)	(7.124)
Dividendos a pagar	(90.170)	(90.170)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.706.002)</u>	<u>(1.413.253)</u>	<u>(143.827)</u>	<u>(141.800)</u>	<u>(7.124)</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores e outras contas a pagar	(242.856)	(242.856)	-	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(748.064)	(748.064)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(145.918)	(61.943)	(40.868)	(42.776)	(331)
Dividendos a pagar	(91.723)	(91.723)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.228.561)</u>	<u>(1.144.586)</u>	<u>(40.868)</u>	<u>(42.776)</u>	<u>(331)</u>

Consolidado					
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(397.751)	(390.817)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(902.738)	(902.738)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(338.940)	(53.123)	(136.894)	(141.800)	(7.124)
Dividendos a pagar	(95.299)	(95.299)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.734.728)</u>	<u>(1.441.977)</u>	<u>(143.827)</u>	<u>(141.800)</u>	<u>(7.124)</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores e outras contas a pagar	(260.678)	(260.678)	-	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(736.680)	(736.680)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(146.056)	(61.943)	(41.006)	(42.776)	(331)
Dividendos a pagar	(94.289)	(94.289)	-	-	-
Posição líquida	<u>(1.237.703)</u>	<u>(1.153.590)</u>	<u>(41.006)</u>	<u>(42.776)</u>	<u>(331)</u>

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente.

e. **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

(i) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Em 2018, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2017, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 1,05% e 1,09%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados (consolidado):

	<u>Consolidado</u>	
	2018	2017
Total dos empréstimos (nota 21)	317.729	146.056
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 12)	<u>(252.346)</u>	<u>(103.548)</u>
Dívida líquida	<u>65.383</u>	<u>42.508</u>
Total do patrimônio líquido	<u>852.751</u>	<u>860.148</u>
Total do capital	<u><u>918.134</u></u>	<u><u>902.656</u></u>
Índice de alavancagem financeira	1,08%	1,05%

f. Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017) e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

Controladora				
		2018	2017	
	Custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	128.685	-	18.068	-
Contas a receber de clientes	382.804	-	455.895	-
Contas a receber de partes relacionadas	118.528	-	102.780	-
Dividendos a receber	239.770	-	29.968	-
Empréstimos a receber	227.961	-	269.961	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	3.635	-	3.372	-
Outros recebíveis	286.068	-	74.004	-
Total dos ativos financeiros	1.387.452	-	954.048	-
Fornecedores	-	238.470	-	132.756
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	901.370	-	748.064
Empréstimos e financiamentos	-	317.621	-	145.918
Dividendos a pagar	-	90.170	-	91.723
Outras contas a pagar	-	137.053	-	110.100
Total dos passivos financeiros	-	1.684.684	-	1.228.561

Consolidado				
		2018	2017	
	Custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	252.346	-	103.548	-
Contas a receber de clientes	519.863	-	625.144	-
Contas a receber de partes relacionadas	150.511	-	121.048	-
Empréstimos a receber	227.961	-	269.961	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	3.635	-	3.372	-
Outros recebíveis	266.283	-	51.180	-
Total dos ativos financeiros	1.420.599	-	1.174.253	-
Fornecedores	-	248.951	-	139.920
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	902.738	-	736.680
Dividendos a pagar	-	95.299	-	94.289
Empréstimos e financiamentos	-	317.729	-	146.056
Outras contas a pagar	-	148.800	-	120.758
Total dos passivos financeiros	-	1.713.517	-	1.237.703

(i) Risco da taxa de juros

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	
73.768	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
24.755	Alta da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	7,20	103	8,64	123	
10.324	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	8,00	53	9,60	63	
5.273	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	8,12	28	9,75	33	
3.635	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	7,60	17	9,12	20	
<u>117.755</u>					<u>6.474</u>		<u>448</u>		<u>538</u>	

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	
5.023	Alta da CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	10,08	506	12,60	633	15,12	760	
4.001	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/12/2022	9,33	373	11,67	467	14,00	560	
	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041							
3.372				9,43	318	11,79	398	14,15	477	
582	Alta da CDI	Aplicação financeira	14/03/2018	9,93	58	12,41	72	14,90	87	
<u>12.978</u>					<u>1.255</u>		<u>1.570</u>		<u>1.884</u>	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
26.919	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/09/2019	6,34	1.706	7,92	135	9,50	162	
26.540	Alta da CDI	Aplicação financeira	21/03/2019	5,54	1.469	6,92	102	8,30	122	
24.755	Alta da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	7,20	103	8,64	123	
15.612	Alta da CDI	Aplicação financeira	20/03/2019	5,44	849	6,80	58	8,16	69	
15.530	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2019	5,44	845	6,80	57	8,16	69	
14.243	Alta da CDI	Aplicação financeira	19/12/2019	5,57	793	6,96	55	8,35	66	
10.324	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	8,00	53	9,60	63	
5.273	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	8,12	28	9,75	33	
3.635	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	7,60	17	9,12	20	
3.486	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/02/2019	5,44	190	6,80	13	8,16	15	
2.722	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/02/2019	5,57	152	6,96	11	8,35	13	
2.368	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/03/2019	5,50	130	6,88	9	8,26	11	
1.639	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,02	99	7,52	7	9,02	9	
1.462	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/10/2019	5,44	80	6,80	5	8,16	6	
1.167	Alta da CDI	Aplicação financeira	29/08/2019	6,02	70	7,52	5	9,02	6	
1.146	Alta da CDI	Aplicação financeira	20/02/2019	5,50	63	6,88	4	8,26	5	
1.028	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/10/2023	6,02	62	7,52	5	9,02	6	
820	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/03/2019	5,31	44	6,64	3	7,97	3	
622	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/12/2019	5,50	34	6,88	2	8,26	3	
233.060					13.059		920		1.104	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
62.607	Alta da CDI	Aplicação financeira	04/09/2018	9,83	6.155	12,29	7.693	14,75	9.232	
6.699	Alta da CDI	Aplicação financeira	04/01/2022	4,82	323	6,03	404	7,23	484	
5.719	Alta da CDB	Aplicação financeira	16/07/2024	8,01	458	10,01	573	12,02	687	
5.023	Alta da CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	9,33	506	12,60	633	15,12	760	
4.001	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/12/2026	10,08	373	11,67	467	14,00	560	
3.623	Alta da CDI	Aplicação financeira		6,95	252	8,69	315	10,43	378	
3.372	Alta da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	9,43	318	11,79	398	14,15	477	
582	Alta da CDI	Aplicação financeira	14/03/2018	9,93	58	12,41	72	14,90	87	
91.626					8.443		10.555		12.665	

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99	
24.755	Queda da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41	
10.324	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	4,80	32	3,20	21	
5.273	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	4,87	17	3,25	11	
3.635	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7	
117.755					6.474		269		179	

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Controladora										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/17	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	
5.023	Queda da CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	10,08	506	7,56	380	5,04	253	
4.001	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/12/2022	9,33	373	7,00	280	4,67	187	
3.372	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	9,43	318	7,08	239	4,72	159	
582	Queda da CDI	Aplicação financeira	14/03/2018	9,93	58	7,45	43	4,97	29	
<u>12.978</u>					<u>1.255</u>		<u>942</u>		<u>628</u>	

Consolidado										
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	
73.768	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99	
26.919	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/09/2019	6,34	1.706	4,75	81	3,17	54	
26.540	Queda da CDI	Aplicação financeira	21/03/2019	5,54	1.469	4,15	61	2,77	41	
24.755	Queda da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41	
15.612	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/03/2019	5,44	849	4,08	35	2,72	23	
15.530	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2019	5,44	845	4,08	34	2,72	23	
14.243	Queda da CDI	Aplicação financeira	19/12/2019	5,57	793	4,18	33	2,78	22	
10.324	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,40	661	4,80	32	3,20	21	
5.273	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,50	343	4,87	17	3,25	11	
3.635	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7	
3.486	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/02/2019	5,44	190	4,08	8	2,72	5	
2.722	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/02/2019	5,57	152	4,18	6	2,78	4	
2.368	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/03/2019	5,50	130	4,13	5	2,75	4	
1.639	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,02	99	4,51	4	3,01	3	
1.462	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/10/2019	5,44	80	4,08	3	2,72	2	
1.167	Queda da CDI	Aplicação financeira	29/08/2019	6,02	70	4,51	3	3,01	2	
1.146	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/02/2019	5,50	63	4,13	3	2,75	2	
1.028	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/10/2023	6,02	62	4,51	3	3,01	2	
820	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/03/2019	5,31	44	3,98	2	2,66	1	
622	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/12/2019	5,50	34	4,13	1	2,75	1	
<u>233.060</u>					<u>13.059</u>		<u>552</u>		<u>368</u>	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em		Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
				31/12/17	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	
62.607	Queda da CDI	Aplicação financeira	04/09/2018	9,83	6.155	7,08	239	4,72	159		
6.699	Queda da CDI	Aplicação financeira	04/01/2022	4,82	323	7,45	43	4,97	29		
5.719	Queda da CDI	Aplicação financeira	16/07/2024	8,01	458	7,00	280	4,67	187		
5.023	Queda da CDI	Aplicação financeira	31/01/2018	10,08	506	7,00	352	4,67	234		
4.001	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/12/2022	9,33	373	3,62	242	2,41	161		
3.623	Queda da CDI	Aplicação financeira		6,95	252	6,01	344	4,01	229		
3.372	Queda da CDI	Aplicação financeira vinculada a empréstimo	02/07/2040 a 30/05/2041	9,43	318	5,21	189	3,48	126		
582	Queda da CDI	Aplicação financeira	14/03/2018	9,93	58	7,37	4.616	4,92	3.077		
<u>91.626</u>					<u>8.443</u>		<u>6.305</u>		<u>4.212</u>		

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em		Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			31/12/2018	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	
213.539	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	213.539	125	53.385	150	106.769		
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	52.658	125	13.165	150	26.329		
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	20.120	125	5.030	150	10.060		
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	7.419	125	1.855	150	3.709		
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	6.819	125	1.705	150	3.409		
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6.519	125	1.630	150	3.260		
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	2.052	125	513	150	1.026		
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	1.532	125	383	150	766		
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	1.604	125	401	150	802		
1.687	FINAME/Fabrima_ Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	1.687	125	422	150	843		
1.198	FINAME/Fabrima_ Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	1.198	125	299	150	599		
857	FINAME/Promáquina_ Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	857	125	214	150	429		
567	FINAME/Promáquina_ Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	567	125	142	150	284		
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	386	125	97	150	193		
372	FINAME/Fabrima_ Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	372	125	93	150	186		
223	FINAME/Fabrima_ Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	223	125	56	150	111		
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	70	125	18	150	35		
<u>317.622</u>				<u>317.622</u>		<u>79.405</u>		<u>158.810</u>		

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2017	Provável	Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.052	125	513	150	1.026
481	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100,00	481	125	120	150	240
87	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100,00	87	125	22	150	44
16	FINAME/Tratorag FINA08	Empréstimo (Passivo)	100,00	16	125	4	150	8
1.887	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.887	125	472	150	944
34.615	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	34.615	125	8.654	150	17.308
2.069	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.069	125	517	150	1.035
9.810	Projeto Unid. Embalagem Sólidos	Empréstimo (Passivo)	100,00	9.810	125	2.453	150	4.905
11.291	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.291	125	2.823	150	5.645
2.673	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.673	125	668	150	1.337
2.951	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.951	125	738	150	1.475
11.049	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.049	125	2.762	150	5.524
725	Safra Leasing - Arrendamento mercantil	Empréstimo (Passivo)	100,00	725	125	181	150	362
675	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100,00	675	125	169	150	338
1.428	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.428	125	357	150	714
1.976	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.976	125	494	150	988
238	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100,00	238	125	59	150	119
419	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100,00	419	125	105	150	209
61.476	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100,00	61.476	125	15.369	150	30.738
<u>145.918</u>				<u>145.918</u>		<u>36.480</u>		<u>72.959</u>

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável	Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor
213.539	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	213.539	75	(53.385)	50	(106.769)
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	52.658	75	(13.165)	50	(26.329)
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	20.120	75	(5.030)	50	(10.060)
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	7.419	75	(1.855)	50	(3.709)
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	6.819	75	(1.705)	50	(3.409)
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6.519	75	(1.630)	50	(3.260)
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	2.052	75	(513)	50	(1.026)
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	1.532	75	(383)	50	(766)
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	1.604	75	(401)	50	(802)
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	1.687	75	(422)	50	(843)
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	1.198	75	(299)	50	(599)
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	857	75	(214)	50	(429)
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	567	75	(142)	50	(284)
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	386	75	(97)	50	(193)
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	372	75	(93)	50	(186)
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	223	75	(56)	50	(111)
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	70	75	(18)	50	(35)
<u>317.622</u>				<u>317.622</u>		<u>(79.405)</u>		<u>(158.810)</u>

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2017	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.052	75	(513)	50	(1.026)	
481	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100,00	481	75	(120)	50	(240)	
87	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100,00	87	75	(22)	50	(44)	
16	FINAME/Tratorag FINA08	Empréstimo (Passivo)	100,00	16	75	(4)	50	(8)	
1.887	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.887	75	(472)	50	(944)	
34.615	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	34.615	75	(8.654)	50	(17.308)	
2.069	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.069	75	(517)	50	(1.035)	
9.810	Projeto Unid. Embalagem Sólidos	Empréstimo (Passivo)	100,00	9.810	75	(2.453)	50	(4.905)	
11.291	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.291	75	(2.823)	50	(5.645)	
2.673	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.673	75	(668)	50	(1.337)	
2.951	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.951	75	(738)	50	(1.475)	
11.049	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.049	75	(2.762)	50	(5.524)	
725	Safra Leasing - Arrendamento mercantil	Empréstimo (Passivo)	100,00	725	75	(181)	50	(362)	
675	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100,00	675	75	(169)	50	(338)	
1.428	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.428	75	(357)	50	(714)	
1.976	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.976	75	(494)	50	(988)	
238	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100,00	238	75	(59)	50	(119)	
419	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100,00	419	75	(105)	50	(209)	
61.476	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100,00	61.476	75	(15.369)	50	(30.738)	
<u>145.918</u>				<u>145.918</u>		<u>(36.480)</u>		<u>(72.959)</u>	

Consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	213.646	125	53.412	150	106.823	
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	52.658	125	13.165	150	26.329	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	20.120	125	5.030	150	10.060	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	7.419	125	1.855	150	3.709	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	6.819	125	1.705	150	3.409	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6.519	125	1.630	150	3.260	
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	2.052	125	513	150	1.026	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	1.532	125	383	150	766	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	1.604	125	401	150	802	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	1.687	125	422	150	843	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	1.198	125	299	150	599	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	857	125	214	150	429	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	567	125	142	150	284	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	386	125	97	150	193	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	372	125	93	150	186	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	223	125	56	150	111	
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	70	125	18	150	35	
<u>317.729</u>				<u>317.729</u>		<u>79.432</u>		<u>158.864</u>	

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2017	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.052	125	513	150	1.026	
481	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100,00	481	125	120	150	240	
87	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100,00	87	125	22	150	44	
16	FINAME/Tratorag FINA08	Empréstimo (Passivo)	100,00	16	125	4	150	8	
1.887	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.887	125	472	150	944	
34.615	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	34.615	125	8.654	150	17.308	
2.069	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.069	125	517	150	1.035	
9.810	Projeto Unid. Embalagem Sólidos	Empréstimo (Passivo)	100,00	9.810	125	2.453	150	4.905	
11.291	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.291	125	2.823	150	5.645	
2.673	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.673	125	668	150	1.337	
2.951	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.951	125	738	150	1.475	
11.049	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.049	125	2.762	150	5.524	
863	Safrá Leasing - Arrendamento mercantil	Empréstimo (Passivo)	100,00	863	125	216	150	432	
675	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100,00	675	125	169	150	338	
1.428	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.428	125	357	150	714	
1.976	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.976	125	494	150	988	
238	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100,00	238	125	59	150	119	
419	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100,00	419	125	105	150	209	
61.476	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100,00	61.476	125	15.369	150	30.738	
146.056				146.056		36.515		73.029	

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	213.646	125	(53.412)	150	(106.823)	
52.658	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	52.658	125	(13.165)	150	(26.329)	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	20.120	125	(5.030)	150	(10.060)	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	7.419	125	(1.855)	150	(3.709)	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	6.819	125	(1.705)	150	(3.409)	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6.519	125	(1.630)	150	(3.260)	
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	2.052	125	(513)	150	(1.026)	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100	1.532	125	(383)	150	(766)	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	1.604	125	(401)	150	(802)	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	1.687	125	(422)	150	(843)	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	1.198	125	(299)	150	(599)	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100	857	125	(214)	150	(429)	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	567	125	(142)	150	(284)	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	386	125	(97)	150	(193)	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	372	125	(93)	150	(186)	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	223	125	(56)	150	(111)	
70	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	70	125	(18)	150	(35)	
317.729				317.729		(79.432)		(158.864)	

EMS S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2017	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.052	75	(513)	50	(1.026)	
481	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100,00	481	75	(120)	50	(240)	
87	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100,00	87	75	(22)	50	(44)	
16	FINAME/Tratorag FINA08	Empréstimo (Passivo)	100,00	16	75	(4)	50	(8)	
1.887	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.887	75	(472)	50	(944)	
34.615	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	34.615	75	(8.654)	50	(17.308)	
2.069	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.069	75	(517)	50	(1.035)	
9.810	Projeto Unid. Embalagem Sólidos	Empréstimo (Passivo)	100,00	9.810	75	(2.453)	50	(4.905)	
11.291	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.291	75	(2.823)	50	(5.645)	
2.673	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.673	75	(668)	50	(1.337)	
2.951	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.951	75	(738)	50	(1.475)	
11.049	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.049	75	(2.762)	50	(5.524)	
863	Safra Leasing - Arrendamento mercantil	Empréstimo (Passivo)	100,00	863	75	(216)	50	(432)	
675	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100,00	675	75	(169)	50	(338)	
1.428	Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.428	75	(357)	50	(714)	
1.976	Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.976	75	(494)	50	(988)	
238	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100,00	238	75	(59)	50	(119)	
419	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100,00	419	75	(105)	50	(209)	
61.476	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100,00	61.476	75	(15.369)	50	(30.738)	
146.056				146.056		(36.515)		(73.029)	

Controladora e consolidado

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2016	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
2.052	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.052	75,00	1.539	50	1.026	
576	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100,00	576	75,00	432	50	288	
104	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100,00	104	75,00	78	50	52	
47	FINAME/Tratorag FINA08	Empréstimo (Passivo)	100,00	47	75,00	35	50	24	
2.916	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo (Passivo)	100,00	2.916	75,00	2.187	50	1.458	
4.079	Debêntures	Empréstimo (Passivo)	100,00	4.079	75,00	3.059	50	2.039	
28.249	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	28.249	75,00	21.187	50	14.124	
11.776	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100,00	11.776	75,00	8.832	50	5.888	
5.701	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100,00	5.701	75,00	4.276	50	2.851	
20.294	Projeto Unid. Embalagem Sólidos	Empréstimo (Passivo)	100,00	20.294	75,00	15.220	50	10.147	
15.639	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100,00	15.639	75,00	11.734	50	7.823	
3.743	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100,00	3.743	75,00	2.807	50	1.871	
4.307	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo (Passivo)	100,00	4.307	75,00	3.224	50	2.150	
15.454	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100,00	15.454	75,00	11.591	50	7.727	
666	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100,00	666	75,00	502	50	335	
1.418	Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.418	75,00	1.063	50	709	
1.923	Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100,00	1.923	75,00	1.442	50	961	
232	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100,00	232	75,00	174	50	116	
411	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100,00	411	75,00	308	50	205	
40.741	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100,00	40.741	75,00	30.556	50	20.371	
160.328				160.328		120.246		80.165	

(i) Classificação contábil e mensuração dos valores justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	Controladora							
	Valor justo				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3					
2018								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	128.685	128.685	128.685	
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	382.804	382.804	382.804	
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	118.528	118.528	118.528	
Dividendos a receber	-	-	-	-	239.770	239.770	239.770	
Empréstimos a receber	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.635	3.635	3.635	
Outros recebíveis	-	-	-	-	286.068	286.068	286.068	
Total	-	-	-	-	1.387.452	1.387.452	1.387.452	
Passivos								
Fornecedores	-	-	-	-	238.470	238.470	238.470	
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	901.370	901.370	901.370	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	317.621	317.621	317.621	
Dividendos a pagar	-	-	-	-	90.170	90.170	90.170	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	137.053	137.053	137.053	
Total	-	-	-	-	1.684.685	1.684.685	1.684.685	

Controladora							
Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado							
2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	18.068	18.068	18.068
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	455.895	455.895	455.895
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	102.780	102.780	102.780
Dividendos a receber	-	-	-	-	29.968	29.968	29.968
Empréstimos a receber	-	-	-	-	269.961	269.961	269.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.372	3.372	3.372
Outros recebíveis	-	-	-	-	74.004	74.004	74.004
Total	-	-	-	-	954.048	954.048	954.048
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	132.756	132.756	132.756
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	748.064	748.064	748.064
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	145.918	145.918	145.918
Dividendos a pagar	-	-	-	-	91.723	91.723	91.723
Outras contas a pagar	-	-	-	-	110.100	110.100	110.100
Total	-	-	-	-	1.228.561	1.228.561	1.228.561

Consolidado							
Valor justo							
2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	252.346	252.346	252.346
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	519.863	519.863	519.863
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	150.511	150.511	150.511
Empréstimos a receber	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.635	3.635	3.635
Outros recebíveis	-	-	-	-	266.283	266.283	266.283
Total	-	-	-	-	1.420.599	1.420.599	1.420.599
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	248.951	248.951	248.951
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	902.738	902.738	902.738
Dividendos a pagar	-	-	-	-	95.299	95.299	95.299
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	317.729	317.729	317.729
Outras contas a pagar	-	-	-	-	148.800	148.800	148.800
Total	-	-	-	-	1.713.517	1.713.520	1.713.520

Consolidado								
2017	Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo das demais categorias				
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	103.548	103.548	103.548	
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	625.144	625.144	625.144	
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	121.048	121.048	121.048	
Empréstimos a receber	-	-	-	-	269.961	269.961	269.961	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	3.372	3.372	3.372	
Outros recebíveis	-	-	-	-	51.180	51.180	51.180	
	-	-	-	-	1.174.253	1.174.253	1.174.253	
Passivos								
Fornecedores	-	-	-	-	139.920	139.920	139.920	
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	736.680	736.680	736.680	
Dividendos a pagar	-	-	-	-	94.289	94.289	94.289	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	146.056	146.056	146.056	
Outras contas a pagar	-	-	-	-	120.758	120.758	120.758	
Total	-	-	-	-	1.237.703	1.237.703	1.237.703	

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto amortizado (empréstimos e recebíveis em 2017). São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas de valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Empréstimos a receber de partes relacionadas: são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores contratuais.

Empréstimos e financiamentos: são classificados como outros passivos financeiros e estão registrados pelos seus valores contratuais.

Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

12 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Banco	14.565	8.462	22.921	15.294
Aplicações financeiras	114.120	9.606	229.425	88.254
	128.685	18.068	252.346	103.548

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI.

13 Aplicação financeira vinculada a empréstimo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	3.635	3.372	3.635	3.372
	3.635	3.372	3.635	3.372

A aplicação financeira classificada no longo prazo no valor de R\$ 3.635 (R\$ 3.372 em 2017) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Companhia à título de subvenção governamental (Nota 21). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

14 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	386.776	479.165	550.180	655.606
Menos: provisão por perda ao valor recuperável	(3.972)	(23.270)	(30.317)	(30.462)
	382.804	455.895	519.863	625.144

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	348.497	419.624	423.447	527.466
Vencidos a menos de três meses	35.988	40.950	59.238	81.655
Vencidos de três à seis meses	737	6.872	26.776	34.511
Vencidos acima de seis meses	1.554	11.719	40.719	11.974
	<u>386.776</u>	<u>479.165</u>	<u>550.180</u>	<u>655.606</u>

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações da provisão por perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	(23.270)	(8.684)	(30.462)	(25.504)
Créditos provisionados no período	(2.936)	(19.975)	(22.104)	(20.084)
Créditos baixados no período	22.234	5.389	22.249	15.126
Em 31 de dezembro	<u>(3.972)</u>	<u>(23.270)</u>	<u>(30.317)</u>	<u>(30.462)</u>

As contas a receber de clientes, líquidas das perdas ao valor recuperável, são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reais	380.119	453.662	517.178	622.911
Dólares americanos	2.685	2.233	2.685	2.233
	<u>382.804</u>	<u>455.895</u>	<u>519.863</u>	<u>625.144</u>

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 está descrito na nota explicativa nº6.

15 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima	128.732	112.600	167.416	117.268
Produtos acabados	120.067	192.243	130.990	248.191
Produtos em elaboração	43.389	48.671	45.475	48.787
Material de embalagem e outros	28.492	33.935	30.169	35.925
Adiantamento a fornecedores terceiros	30.399	11.714	30.765	12.192
Importações em andamento	7.824	15.402	8.410	15.652
Provisão para obsolescência	(21.071)	(32.969)	(26.291)	(36.426)
	<u>337.832</u>	<u>381.596</u>	<u>386.934</u>	<u>441.589</u>

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 8.n.

16 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL (*)	85.986	2.629	93.212	9.525
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (**)	19.740	59.179	49.558	81.377
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (***)	12.096	10.725	49.912	41.894
Impostos sobre operações financeiras - IOF	9.259	5.326	9.259	5.326
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	5.076	5.549	8.035	7.258
Outros	10.486	1.975	13.399	5.258
	<u>142.643</u>	<u>85.383</u>	<u>223.375</u>	<u>150.638</u>
Circulante	135.940	78.680	216.672	143.935
Não circulante	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>	<u>6.703</u>
	<u>142.643</u>	<u>85.383</u>	<u>223.375</u>	<u>150.638</u>

(*) Refere-se a antecipação de imposto de renda e contribuição social.

(**) Refere-se créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos.

(***) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

17 Outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Indenização de sinistro (*)	200.395	-	200.395	-
Adiantamento à fornecedores terceiros	62.137	66.196	39.654	42.400
Adiantamento à funcionários	17.263	436	18.227	444
Outros	6.273	7.372	8.006	8.336
	<u>286.068</u>	<u>74.004</u>	<u>266.283</u>	<u>51.180</u>
Circulante	281.072	69.008	261.287	46.184
Não circulante	4.996	4.996	4.996	4.996
	<u>286.068</u>	<u>74.004</u>	<u>266.283</u>	<u>51.180</u>

(*) Refere-se ao montante inicial estimado dos prejuízos indenizáveis à Companhia, conforme condições e cláusulas contratuais de apólice de seguro em virtude de sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018 pelo incêndio nas dependências da Companhia na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo. Esse saldo está composto substancialmente pelo custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data. A contrapartida deste montante foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais conforme demonstrado na nota explicativa 28.

18 Investimentos em controladas

Controladora

	31 de dezembro de 2018						
	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	CPM	Monteresearch	Rio Biopharmaceuticals	Total do investimento
<i>Investimentos</i>							
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	29.571.851	64.205.000	90.000	-	-
Capital social	7.740	138	29.778	64.605	399	3.308	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.217)	63.901	(37.033)	18.243	21.464	-	-
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,31%	99,38%	100%	100%	-
Patrimônio líquido da controlada	5.756	15.417	3.819	82.541	56.676	1.085	-
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2018	13.833	191.064	61.693	63.899	27.685	970	359.144
Apropriação de dividendos a receber	(6.000)	(239.064)	(21.248)	-	-	-	(266.311)
Aumento de capital social	-	-	-	-	3.604	8.620	12.224
Operação no exterior na conversão	-	-	-	-	3.806	-	3.806
Outras movimentações	-	-	-	-	79	-	79
Resultado de equivalência patrimonial	(2.134)	63.261	(36.653)	18.130	21.464	-	64.068
	<u>5.699</u>	<u>15.263</u>	<u>3.792</u>	<u>82.030</u>	<u>56.637</u>	<u>9.589</u>	<u>173.010</u>

31 de dezembro de 2017

	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	CPM	Montereseach	Rio Bio Pharmaceuticals	Total do investimento
Investimentos							
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	29.571.851	64.205.000	90.000	-	-
Capital social	7.740	138	29.778	64.605	357	3.308	-
Lucro (prejuízo) do exercício	1.263	39.160	(7.181)	28.134	(3.529)	(2.145)	-
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,31%	99,38%		100%	-
Patrimônio líquido da controlada	13.973	192.994	62.246	64.298	27.412	1.085	-
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2016	12.582	152.294	59.663	35.939	-	-	260.478
Transferencia outros investimentos	-	-	-	-	2.390	-	2.390
Aumento de capital social (*)	-	-	9.162	-	30.587	3.115	42.864
Operação no exterior na conversão	-	-	-	-	(1.763)	-	(1.763)
Resultado de equivalência patrimonial	1.251	38.770	(7.132)	27.960	(3.529)	(2.145)	55.175
	<u>13.833</u>	<u>191.064</u>	<u>61.693</u>	<u>63.899</u>	<u>27.685</u>	<u>970</u>	<u>359.144</u>

(*) Aporte de capital na controlada Montreaseach, que por sua vez adquiriu participação indireta de 25% na empresa sérvia Galenika a.d - Belgrade.

a. Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

(i) Balanços patrimoniais sintéticos das controladas

	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante												
Ativo	20.758	16.288	304.997	249.758	45.547	75.712	7.404	4.094	1.167	1.167	79.629	87.065
Passivo	(14.291)	(2.006)	(288.529)	(58.563)	(35.685)	(12.336)	(5.659)	(6.290)	(82)	(82)	(13.481)	(29.221)
Ativo circulante líquido	6.467	14.282	(16.468)	191.195	9.862	63.376	1.745	(2.196)	1.085	1.085	66.148	57.844
Não circulante												
Ativo não circulante	3.420	3.478	7.694	6.075	560	1.083	54.931	29.608	-	-	16.636	6.617
Passivo não circulante	(4.131)	(3.787)	(8.745)	(4.276)	(6.604)	(2.213)	-	-	-	-	(243)	(163)
Ativo não circulante líquido	(711)	(309)	(1.051)	1.799	(6.043)	(1.130)	54.931	29.608	-	-	16.393	6.454
Patrimônio líquido	5.756	13.973	15.417	192.994	3.819	62.246	56.676	27.412	1.085	1.085	82.541	64.298

(ii) *Demonstrações do resultado sintéticas das controladas*

	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas	14.615	8.701	438.800	419.904	4.607	3.117	9.343	4.421	-	-	83.993	82.109
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.389)	1.795	95.847	58.804	(37.033)	(5.367)	21.464	(3.529)	-	(2.145)	19.386	37.465
Despesa de imposto de renda e contribuição social	172	(532)	(31.946)	(19.644)	-	(1.814)	-	-	-	-	(1.143)	(9.331)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(2.217)</u>	<u>1.263</u>	<u>63.901</u>	<u>39.160</u>	<u>(37.033)</u>	<u>(7.181)</u>	<u>21.464</u>	<u>(3.529)</u>	<u>-</u>	<u>(2.145)</u>	<u>18.243</u>	<u>28.134</u>

19 Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (**)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial		142.711	179.315	18.168	-	37.543	413.684
Aquisições		295	6.980	3.057	-	74.494	297.730
Alienações		-	(209)	(47)	-	(10.420)	(41.595)
Depreciação alienação		-	184	168	-	14.944	15.297
Transferências		504	4.434	470	-	(5.408)	-
Depreciação		(9.759)	(21.428)	(4.249)	-	(13.772)	(49.209)
Saldo contábil, líquido		<u>133.751</u>	<u>169.276</u>	<u>17.567</u>	<u>-</u>	<u>96.208</u>	<u>635.907</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo		189.296	323.443	40.285	733	96.208	881.680
Depreciação acumulada		(55.545)	(154.167)	(22.718)	(733)	-	(245.773)
		<u>133.751</u>	<u>169.276</u>	<u>17.567</u>	<u>-</u>	<u>96.208</u>	<u>635.907</u>
	Controladora						
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial		102.244	190.586	16.953	130	60.770	409.376
Aquisições		3.211	10.568	2.367	-	23.291	39.437
Alienações		-	(4.880)	(1.658)	(130)	(12.277)	(18.945)
Depreciação alienação		-	2.661	1.483	-	-	4.144
Transferências		40.581	(7.436)	1.096	-	(34.241)	-
Depreciação		(3.325)	(12.184)	(2.073)	-	(2.746)	(20.328)
Saldo contábil, líquido		<u>142.711</u>	<u>179.315</u>	<u>18.168</u>	<u>-</u>	<u>37.543</u>	<u>413.684</u>
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo		188.497	312.238	36.805	733	37.543	625.546
Depreciação acumulada		(45.786)	(132.923)	(18.637)	(733)	-	(211.862)
		<u>142.711</u>	<u>179.315</u>	<u>18.168</u>	<u>-</u>	<u>37.543</u>	<u>413.684</u>

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	144.291	180.112	18.494	-	37.312	35.947	416.156
Aquisições	3.011	7.089	3.063	-	74.494	212.904	300.561
Alienações	(41)	(209)	(50)	-	(10.420)	(30.919)	(41.639)
Transferências	792	4.379	405	-	(5.576)	-	-
Depreciação alienação	0	184	169	-	-	14.944	15.297
Depreciação	(10.445)	(22.838)	(4.923)	-	-	(13.772)	(51.978)
	<u>137.608</u>	<u>168.717</u>	<u>17.158</u>	<u>-</u>	<u>95.810</u>	<u>219.104</u>	<u>(638.397)</u>
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	194.162	327.948	42.033	733	95.810	231.715	892.401
o acumulada	(56.554)	(159.231)	(24.875)	(733)	-	(12.611)	(254.004)
Saldo contábil, líquido	<u>137.608</u>	<u>168.717</u>	<u>17.158</u>	<u>-</u>	<u>95.810</u>	<u>219.104</u>	<u>638.397</u>
Consolidado							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	102.244	187.442	17.279	-	64.317	38.693	409.975
Aquisições	4.849	16.517	2.702	-	23.671	-	47.739
Alienações	-	(4.903)	(1.677)	-	(16.435)	-	(23.015)
Transferências	40.581	(7.424)	1.084	-	(34.241)	-	-
Depreciação alienação	-	2.661	1.497	-	-	-	4.158
Depreciação	(3.383)	(14.181)	(2.391)	-	-	(2.746)	(22.701)
	<u>144.291</u>	<u>180.112</u>	<u>18.494</u>	<u>-</u>	<u>37.312</u>	<u>35.947</u>	<u>416.156</u>
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	190.400	316.689	38.615	733	37.312	49.730	633.479
o acumulada	(46.109)	(136.577)	(20.121)	(733)	-	(13.783)	(217.323)
	<u>144.291</u>	<u>180.112</u>	<u>18.494</u>	<u>-</u>	<u>37.312</u>	<u>35.947</u>	<u>416.156</u>

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

Os empréstimos bancários estão garantidos por ativos imobilizados no montante de R\$ 30.732 (R\$ 30.732 em 2017).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores estrangeiros	122.618	61.498	123.625	62.049
Fornecedores nacionais	85.298	44.637	87.437	46.494
Fornecedores de serviços	30.554	26.621	37.890	31.377
	<u>238.470</u>	<u>132.756</u>	<u>248.951</u>	<u>139.920</u>

21 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Leasing financeiro (a)	1,21% a.a. à 3,23% a.a. e Libor + 0,35% a.a.	Maio de 2023	213.539	35.339	213.646	35.477
FINEP (b)	(b)	Abril de 2023	52.767	61.476	52.767	61.476
BNDES (c)	(c)	Novembro de 2018 a Junho de 2020	43.903	39.843	43.903	39.843
FINAME Banco Regional de Brasília - financ. do ICMS (d)	TJLP + 2% a.a. à 6% (ii) 25 % do INPC (i)	Outubro de 2016 a fevereiro de 2023 Dezembro de 2031	5.361 2.052	7.208 2.052	5.361 2.052	7.208 2.052
			<u>317.622</u>	<u>145.918</u>	<u>317.729</u>	<u>146.056</u>
Circulante			53.123	61.943	53.123	61.943
Não Circulante			264.499	83.975	264.606	84.113
			<u>317.622</u>	<u>145.918</u>	<u>317.729</u>	<u>146.056</u>

(i) Taxa efetiva anual.

(ii) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(a) Leasing Financeiro JP Morgan - refere-se à compra de uma aeronave. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 213.539.

(b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata tempore*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de *spread*, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano.

(c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo:

(i) Liberação de valor do contrato de Financiamento firmado com o BNDES em 2018 para melhoria da unidade fabril de Brasília. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 20.000.

(ii) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$ 75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$ 7.430 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final 15/03/2026.

(iii) Liberação de parte do valor do contrato de financiamento firmado com BNDES em 14 de maio de 2015, destinado a expansão do Centro de Distribuição logístico localizado na cidade de Jaguariúna/SP. O BNDES concedeu um crédito R\$ 19.141, o qual será disponibilizado em parcelas, de acordo com a necessidade da Companhia e a disponibilidade de recursos do BNDES, após o cumprimento das condições estabelecidas para a liberação do crédito, entre elas a comprovação da utilização dos recursos outrora liberados. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,79% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,79% a.a.), sendo os juros exigidos trimestralmente a partir de 15 de outubro de 2015 e mensalmente a partir de 15 de novembro de 2016, quando o principal também se torna devido. O saldo devedor será liquidado em parcelas mensais devidos até 15 de maio de 2020. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 6.519.

(iv) Financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$ 55.682, dividido em três subcréditos:

a) Subcrédito "A" - no valor de R\$ 21.664 destinados à transferência e modernização da linha de penicilânicos da planta de São Bernardo do Campo - SP para uma unidade produtiva em Jaguariúna - SP e modernização da planta de Hortolândia - SP, no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 6.819.

b) Subcrédito "B" - R\$ 4.960 destinados à aquisição de equipamentos nacionais para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.604.

c) Subcrédito "C" - R\$ 29.058 destinados à aquisição de equipamentos importados para execução do projeto mencionado no subcrédito "A", no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.531

O crédito será posto à disposição das beneficiárias parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação.

O total dos subcréditos deve ser utilizado no prazo de até 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

Sobre o principal da dívida incidirão: (i) juros de 1,59% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,59% a.a.) para o Subcrédito "A"; (ii) juros de 6% a.a. para o

subcrédito “B”; e (iii) juros de 3,59% a.a. acima da TR (TR + 3,59% a.a.) para o Subcrédito “C”.

A EMS S.A. deu ao BNDES a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação e fiança bancária como garantia.

- (d) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da Companhia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$ 458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria nº 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF nº 097, de 21 de maio de 2009.

Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Companhia, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.372 em 31 de dezembro de 2017).

Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) a Companhia deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRO/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo.

O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2018, a receita diferida reconhecida pela Companhia era de R\$ 19.032 (R\$ 19.032 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de março de 2014, a Companhia participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE No. 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R\$ 16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF.

Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social).

Durante o exercício de 2018, a Companhia não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

	2018	2017
2018	-	61.943
2019	53.123	40.143
2020	69.507	42.776
2021	63.582	725
2022 em diante	<u>131.410</u>	<u>331</u>
	<u>317.622</u>	<u>145.918</u>

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

Controladora

Nota	2018			2017		
	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	145.918	91.723	237.641	160.328	90.712	251.040
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:						
Captação de empréstimos	230.477	-	230.477	23.599	-	23.599
Amortização de empréstimos	(62.297)	-	(62.297)	(39.051)	-	(39.051)
Dividendos Pagos	-	(300.745)	(300.745)	-	(303.368)	(303.368)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	168.180	(300.745)	(132.565)	(15.452)	(303.368)	(318.820)
Outros itens:						
Despesas com juros e variação cambial	26.150	-	26.150	12.502	-	12.502
Pagamento de juros e variação cambial	(22.627)	-	(22.627)	(11.460)	-	(11.460)
Dividendos provisionados	-	299.192	299.192	-	304.379	304.379
Total de outros itens	3.523	299.192	302.715	1.042	304.379	305.421
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	317.621	90.170	407.791	145.918	91.723	237.641

Consolidado

Nota	2018			2017		
	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total	Empréstimo de Curto e Longo prazo	Dividendos Propostos	Total
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	146.056	94.289	240.345	160.328	93.277	253.605
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:						
Captação de empréstimos	230.477	-	230.477	23.739	-	23.739
Amortização de empréstimos	(62.327)	-	(62.297)	(39.051)	-	(39.051)
Dividendos Pagos	-	(300.745)	(300.745)	-	(303.368)	(303.368)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	168.150	(300.745)	(132.595)	(15.312)	(303.368)	(318.680)
Outros Itens:						
Despesas com juros e variação cambial	26.150	-	26.150	12.500	-	12.500
Pagamento de juros e variação cambial	(22.627)	-	(22.627)	(11.460)	-	(11.460)
Dividendos provisionados	-	301.755	301.755	-	304.380	304.380
Total de outros itens	3.523	301.755	305.278	1.040	304.380	305.420
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	317.729	95.299	413.028	146.056	94.289	240.345

22 Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a. Composição

Nas datas destas demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a processos judiciais:

Controladora						
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Tributárias e cíveis (i)	31.738	24.950	12.480	14.414	19.258	10.536
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	93.996	90.025	20.778	22.995	73.217	67.030
	<u>125.734</u>	<u>114.975</u>	<u>33.258</u>	<u>37.409</u>	<u>92.475</u>	<u>77.566</u>
Consolidado						
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Tributárias e cíveis (i)	47.557	29.543	14.842	16.900	32.714	12.643
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	96.933	94.875	21.052	23.769	75.881	71.106
	<u>144.490</u>	<u>124.418</u>	<u>35.894</u>	<u>40.669</u>	<u>108.596</u>	<u>83.749</u>

As movimentações das provisões para perdas com processos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	114.975	93.325	124.418	99.918
Constituição de provisão	35.916	36.295	52.069	41.656
Atualização monetária	11.462	5.589	11.985	5.947
Reversão da provisão no exercício	<u>(36.619)</u>	<u>(20.234)</u>	<u>(43.982)</u>	<u>(23.103)</u>
Em 31 de dezembro	<u>125.734</u>	<u>114.975</u>	<u>144.490</u>	<u>124.418</u>

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante.

(i) Processos cíveis e tributários

Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo.

(ii) Processos trabalhistas

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração do Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

(iii) Perdas possíveis, não provisionadas

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis (*)	198.676	4.309.601	225.196	4.348.784
Ágio (**)	1.334.774	1.220.502	1.334.774	1.220.502
Imposto de renda e contribuição social	251.334	226.795	251.334	226.795
Trabalhistas	169.651	147.100	172.719	151.179
ICMS (***)	14.427	8.569	14.427	8.569
Outros	33.579	32.737	33.616	34.312
	<u>2.002.441</u>	<u>5.945.304</u>	<u>2.032.066</u>	<u>5.990.141</u>

(*) Refere-se substancialmente distrato contratual onde estão sendo discutidos indenização por lucros cessantes, multas e juros. Os valores em 2018 foram revisados pelos advogados para refletir uma expectativa de discussão de montante mais realista baseados nas matérias de prova.

(**) Refere-se substancialmente ao auto de infração nº 16643.000392/2010-61 lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta ineditabilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé, reconhecida, inclusive, pela 1ª Turma do CARF, que cancelou a autuação. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade).

(***) A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2018:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para processos trabalhistas	30.608	1.351	31.959
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	10.655	22.730	33.385
Provisão para obsolescência	9.806	(4.031)	5.775
Provisão para perdas com processos tributários e civil	8.482	2.309	10.791
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	7.911	(6.561)	1.350
Provisão para participação no resultado	6.627	1.830	8.457
Provisão para amostra grátis	1.403	(13)	1.390
Provisão para locação de veículos	409	(311)	98
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	204	3.572	3.776
Outras provisões	9.053	(1.658)	7.395
	85.158	19.218	104.376

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para processos trabalhistas	32.561	357	32.918
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	12.410	23.187	35.597
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	10.357	(4.009)	6.348
Provisão para obsolescência	10.411	(137)	10.274
Provisão para participação no resultado	11.061	(2.188)	8.873
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	8.992	4.971	13.963
Provisão para amostra grátis	1.738	(111)	1.627
Provisão para locação de veículos	534	(337)	197
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	219	3.547	3.766
Outras provisões	9.960	5.649	15.609
	98.243	30.929	129.172

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2017:

Controladora			
	Saldo em 31/12/2016 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2017
Provisão para processos trabalhistas	29.459	1.149	30.608
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	8.152	2.503	10.655
Provisão para obsolescência	6.088	3.718	9.806
Provisão para participação no resultado	5.337	1.290	6.627
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	2.953	4.958	7.911
Provisão para perdas com processos tributários e civil	2.272	6.210	8.482
Provisão para amostra grátis	1.932	(529)	1.403
Provisão para locação de veículos	78	331	409
Outras provisões	9.205	(152)	9.053
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(1.372)	1.576	204
	64.104	21.054	85.158

Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016 Reapresentado	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2017
Provisão para processos trabalhistas	31.428	1.133	32.561
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	9.244	3.166	12.410
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	8.671	1.686	10.357
Provisão para obsolescência	6.249	4.162	10.411
Provisão para participação no resultado	5.923	5.138	11.061
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	2.544	6.448	8.992
Provisão para amostra grátis	2.275	(537)	1.738
Provisão para locação de veículos	181	353	534
Provisão para comissões sobre vendas	132	(132)	-
Outras provisões	13.631	(3.671)	9.960
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(1.460)	1.679	219
	78.818	19.425	98.243

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	278.704	422.652	311.830	454.502
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(94.759)	(143.702)	(106.022)	(154.531)
Resultado de equivalência patrimonial	22.451	18.759	-	-
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05	10.916	12.250	10.916	12.250
Adições/exclusões permanentes	70.677	(3.689)	71.475	(5.422)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.284	(116.382)	(23.632)	(147.703)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(9.934)	(137.436)	(54.561)	(167.128)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.218	21.054	30.929	19.425
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.284	(116.382)	(23.632)	(147.703)
Alíquota efetiva	3,33%	27,54%	7,58%	32,50%

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ a pagar	-	19.572	14.454	25.722
CSLL a pagar	-	-	4.100	927
	-	19.572	18.553	26.649

24 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Parcelamento - Lei nº 11.941/09 (i)	22.499	25.093	23.535	26.260
Parcelamento de ICMS (ii)	3.918	3.941	3.918	3.941
	26.417	29.034	27.453	30.201
Circulante	8.044	7.927	8.221	8.098
Não circulante	18.373	21.107	19.232	22.103
	26.417	29.034	27.453	30.201

- (i) Em novembro de 2009, a Companhia e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. A adesão ao programa visou equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu a Companhia e sua controlada anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2011 pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 1.193.

Em dezembro de 2013, a Companhia solicitou parcelamento de débitos da Reabertura da Lei 11.941/2009, onde foram incluídos os débitos previdenciários não parcelados anteriormente. Em 31 de dezembro de 2016, a adesão ao parcelamento se encontra pendente de consolidação.

Em agosto de 2014, a Companhia e sua controlada Sigma Pharma solicitaram o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu a Companhia e sua controlada anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2016 pela Receita Federal do Brasil. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 51.

Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$ 1.126.

- (ii) Refere-se, em sua maior parte, à adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. A Companhia parcelou o valor do sinal no montante de R\$ 435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.

O saldo de impostos parcelados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Principal	17.992	20.219	18.627	29.033
Juros	8.425	8.815	8.826	1.168
	26.417	29.034	27.453	30.201

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é R\$ 221.708 composto por 20.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 11,0854 cada uma, distribuídas como segue:

	Ações
NC Participações S.A.	19.800.000
Germed Farmacêutica LDA.	<u>200.000</u>
	<u>20.000.000</u>

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas. Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva de capital

Reserva de incorporação de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembléia.

c. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$ 3.003. Contudo ainda aguardamos a realização do leilão para quitação do valor residual.

Reserva legal

Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86.

Reserva de lucros

Constituída com o saldo do lucro líquido de 2018 e 2017 após a apropriação dos dividendos e a constituição de reserva legal. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembléia.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	287.988	306.270
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	287.988	306.270
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	71.997	75.568
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos no exercício	227.195	227.811
Total dividendos propostos e pagos no exercício	299.192	304.379

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial do exercício	91.723	90.712	94.289	93.277
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados em assembleias	227.195	227.811	229.760	227.811
(+) Dividendo mínimo obrigatório	71.997	76.568	71.997	76.568
(-) Pagamentos	(300.745)	(303.368)	(300.745)	(303.368)
(=) Saldo final do exercício	90.170	91.723	95.299	94.289

26 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado
Vendas brutas de produtos e serviços deduzindo os abatimentos comerciais	4.121.564	3.970.201	4.490.409	4.272.754
Impostos sobre vendas	(661.850)	(630.168)	(727.442)	(718.627)
Devoluções sobre vendas	(118.407)	(97.383)	(137.801)	(103.421)
Receita operacional líquida	3.341.307	3.242.649	3.625.166	3.450.706

27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.642.441)	(1.495.361)	(1.668.853)	(1.495.387)
Salários e encargos sociais	(479.503)	(441.591)	(528.270)	(478.670)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(160.361)	(179.635)	(180.855)	(200.349)
Custos previdenciários	(127.682)	(124.962)	(138.507)	(133.387)
Custos de publicidade	(108.210)	(121.210)	(121.810)	(131.923)
Despesas de transporte	(74.679)	(73.537)	(88.473)	(87.209)
Amostras	(55.007)	(65.231)	(62.426)	(69.648)
Benefícios previstos em Lei	(52.984)	(62.370)	(57.288)	(67.566)
Pagamentos de arrendamentos operacionais	(38.411)	(36.298)	(43.672)	(40.472)
Material de limpeza e escritório	(33.082)	(28.577)	(35.975)	(31.517)
Viagens/estadias e refeições	(35.611)	(32.983)	(40.961)	(36.811)
Outros benefícios a empregados	(36.703)	(35.057)	(39.703)	(37.584)
Plano de participação nos resultados	(32.282)	(25.388)	(33.970)	(27.879)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(28.396)	(23.576)	(29.765)	(25.103)
Encargos de depreciação, amortização e impairment	(54.139)	(22.958)	(56.776)	(25.109)
Energia elétrica, água e telefone	(17.355)	(17.801)	(19.587)	(21.596)
Combustíveis e lubrificantes	(16.119)	(16.137)	(17.403)	(17.207)
Provisão para perdas com processos judiciais	(7.568)	(16.067)	(17.158)	(18.560)
Comissões sobre vendas	(264)	(901)	(892)	(1.813)
Outras despesas, líquidas de outras receitas	(10.065)	(16.537)	(13.025)	(21.649)
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	19.298	(14.586)	145	(4.958)
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	(2.991.564)	(2.850.763)	(3.195.224)	(2.974.397)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado
Custos das vendas	(1.955.218)	(1.782.656)	(2.005.697)	(1.809.648)
Despesas com vendas	(238.177)	(260.897)	(273.618)	(290.613)
Despesas administrativas	(817.467)	(792.624)	(916.054)	(869.178)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19.298	(14.586)	145	(4.958)
	(2.991.564)	(2.850.763)	(3.195.224)	(2.974.397)

28 Outras Despesas (Receitas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras Receitas				
Reembolso do Seguro	199.640	-	199.640	-
Outras	22.230	21.291	23.629	21.377
Total de outras receitas	221.870	21.291	222.270	21.377
Outras Despesas				
Sinistro – Baixa de Estoques	(290.754)	-	(290.754)	-
Outras	(33.998)	(36.209)	(40.817)	(40.726)
Total de outras despesas	(324.752)	(36.209)	(331.571)	(40.726)
Outras despesas (receitas), líquidas	(102.882)	(14.920)	(109.302)	(19.350)

(*) Refere-se as perdas reconhecidas pela Companhia devido com sinistro (incêndio) ocorrido em 20 de outubro de 2018 na sede da Companhia localizada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

29 Receitas (Despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Variação cambial ativa	37.123	9.042	37.628	9.880
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	6.078	5.218	10.085	11.945
Juros de duplicatas a receber	4.451	4.564	5.406	6.108
Outras	10.757	11.726	10.809	12.071
Total da receita financeira	58.409	30.550	63.929	40.004
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(25.580)	(19.534)	(26.386)	(20.410)
Variação cambial passiva	(42.001)	(12.597)	(43.565)	(13.192)
Descontos concedidos	(1.998)	(4.454)	(2.897)	(5.084)
Outras	(23.020)	(3.454)	(23.279)	(3.775)
Total da despesa financeira	(92.599)	40.039	(96.127)	(42.461)
Despesas financeiras, líquidas	(34.190)	(9.489)	(32.199)	(2.457)

30 Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	287.988	306.270
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$	14,40	15,31

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor.

31 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

a. Consolidado

O Grupo é controlado pela holding NC Participações (constituída no Brasil), que detém 99% das ações da Companhia EMS S.A. O 1% remanescente é detido pela Companhia Germed LDA com sede em Portugal.

b. Controladora

A controladora final da Companhia é a NC Participações S/A.

c. Vendas e revenda de produtos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Germed Farmacêutica Ltda.	442.782	388.974	442.791	389.115
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	313.709	365.737	-	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	244.053	192.123	249.704	198.315
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	77.534	72.796	85.661	92.851
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	50.667	60.215	50.667	60.215
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A.	2.554	1.113	-	-
Outras	13	1.839	-	63
	1.131.313	1.082.797	828.822	740.559

d. Compras líquidas de produtos e serviços

	Controlada		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	1.016.885	819.824	1.022.696	819.824
Germed Farmacêutica Ltda.	51.753	57.576	57.002	57.637
Nova Química Farmacêutica S.A.	3.596	1.071	6.754	1.344
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	1.552	908	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	277	1.991	-	-
Outras	-	341	-	-
	1.074.063	881.711	1.086.452	878.806

e. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

Contas a receber de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	54.492	10.732	63.693	10.732
Germed Farmacêutica Ltda.	27.261	13.150	27.274	13.155
EMS Sigma Pharma Ltda	14.465	-	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	8.717	4.681	-	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	8.459	48.017	16.171	50.784
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	3.819	15.032	42.416	46.266
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	403	9.896	-	-
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	22	605	-	-
Outros	891	667	957	111
	118.528	102.780	150.511	121.048

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Outros recebíveis de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	29.695	9.325	29.695	-
Instituto Vita Nova	750	925	750	925
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	-	15.781	-	-
Lorraine Administradora de Bens e Participações Ltda.	-	27.047	-	27.047
Outros	1.804	2.869	1.804	2.038
	<u>32.249</u>	<u>55.947</u>	<u>32.249</u>	<u>30.010</u>

Fornecedores a pagar - partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	692.161	584.763	698.765	584.763
Germed Farmacêutica Ltda.	171.438	132.923	171.970	136.240
Nova Química Farmacêutica S.A.	10.114	1.153	14.887	1.536
EMS Sigma Pharma Ltda.	9.086	15.058	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	2.051	-	-	-
Outros	16.520	14.167	17.117	14.141
	<u>901.370</u>	<u>748.064</u>	<u>902.738</u>	<u>736.680</u>

Outros contas a pagar a partes relacionadas - adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Innoveren Pharma S/A.	6.695	6.695	6.695	6.695
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	1.235	-	1.235	-
CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	-	15.804	-	-
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	-	9.325	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	-	831	-	-
Outros	-	-	-	-
	<u>7.930</u>	<u>32.655</u>	<u>7.930</u>	<u>6.695</u>

f. Dividendos a pagar e a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dividendos a receber				
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	239.063	29.261	-	-
EMS Sigma Pharma Ltda.	707	707	-	-
	<u>239.770</u>	<u>29.968</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dividendos a pagar				
NC Participações S.A.	(72.016)	75.412	(77.145)	75.528
Germed Farmacêutica LDA.	(18.154)	16.311	(18.154)	16.761
	<u>(90.170)</u>	<u>91.723</u>	<u>(95.299)</u>	<u>94.289</u>

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e constituição de provisão de dividendos a pagar.

g. Empréstimos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.	227.961	227.961	227.961	227.961
NC Comunicações S.A.	-	42.000	-	42.000
	<u>227.961</u>	<u>269.961</u>	<u>227.961</u>	<u>269.961</u>

O saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%, contudo os saldos são mantidos contabilmente à valores históricos, uma vez que a Companhia não definiu a exigibilidade ou não dos encargos sobre os contratos de mútuo com a parte relacionada 3Z Realty. Os ganhos acumulados não reconhecidos contabilmente somam R\$ 68.851 (R\$ 35.062 em 2017), que foram julgados não relevantes pela Administração.

h. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 6% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2018 (6% em 31 de dezembro de 2017).

* * *

Luiz Carlos Borgonovi
Presidente

Israel Domingos Bacas
Vice-Presidente de Controladoria

Wagner Aparecido Nilo de Paschoal
Contador CRC 1SP 1SP145242/O-5